

Sistemas de avaliação no ensino acentuam diferenças de género

EM TODOS OS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA, os rapazes são maioritários entre os alunos com insucesso escolar e também, em grande parte devido à acumulação de fracassos, entre aqueles que acabam por abandonar a escola antes de entrar no ensino secundário, ou mesmo sem completar a escolaridade obrigatória. Esta tendência foi confirmada por um estudo da rede europeia Eurydice sobre as diferenças de género nos resultados escolares, divulgado em Junho de 2010. O relatório mostra que, na UE, tanto no que respeita a percentagens de retenções, como de abandono escolar, Portugal é um dos países onde a diferença entre rapazes e raparigas é mais pronunciada.

As reformas implementadas, nas últimas décadas, no sistema de ensino e de avaliação, não são alheias aos maus resultados dos alunos do sexo masculino e poderão até ser um dos seus factores decisivos. Embora frisando que, para o sucesso dos alunos, “o género é um factor menos importante do que o estatuto socioeconómico” das suas famílias, o estudo Eurydice confirma que, quando se tem em conta os resultados escolares por país, se pode concluir que os perfis de género em matéria de sucesso escolar são influenciados pelas características da avaliação implementada e do tipo de provas que se apresentam aos alunos.

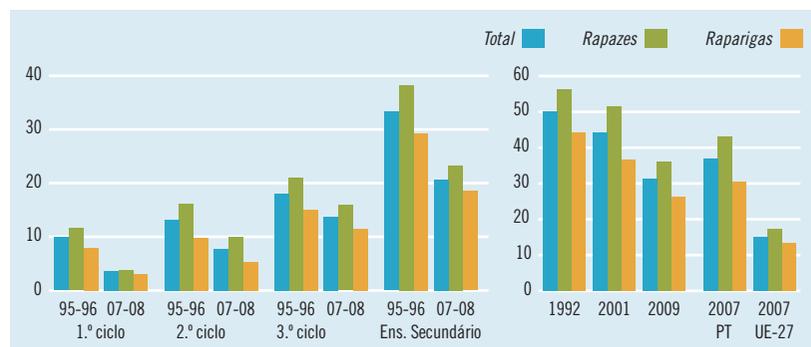
Um relatório divulgado em 2009 pelo Higher Education Policy Institut (HEPI), um grupo de reflexão independente do Reino Unido, dá conta de que o desequilíbrio na *performance* escolar entre os alunos do sexo masculino e do sexo feminino poderá dever-se “em grande parte à mudança do tipo de exames e de avaliação” ali implementada desde 1982.

Antes, para a conclusão da escolaridade obrigatória no Reino Unido, eram determinantes as classificações obtidas nos exames finais. Depois daquela data, os exames passaram apenas a contribuir para uma parte da nota final, passando também a contar para esta o trabalho desenvolvido ao longo do ano, em casa, e o comportamento nas aulas, entre outras componentes.

“ (...) pode-se estar a correr o risco [de os] homens virem a ser uma “nova classe baixa” das sociedades ocidentais. ”

Este é também o sistema que foi adoptado em Portugal e em muitos outros países ocidentais. À semelhança do HEPI, outros investigadores têm vindo a alertar para o facto de as reformas implementadas valorizarem as características próprias das raparigas e penalizarem as dos rapazes. Situação que poderá ser também potenciada pelo facto de a esmagadora maioria dos docentes do ensino não superior ser do sexo feminino.

Se o fosso entre rapazes e raparigas se deve em grande parte às alterações introduzidas – “e existem provas de que esta mudança é, pelo menos, parte da razão” – então os rapazes têm alcançado menos do que aquilo de que são realmente capazes, e isso está a afectar toda a sua vida futura, alertou o HEPI. Para já, uma nova mudança nos critérios de avaliação, que começou a ser implementada no Reino Unido em 2009, está a dar razão, pelo menos em parte, a estes alertas. Para a avaliação final no termo da escolaridade obrigatória (General Certificate of Secondary Education, GCSE), que é, ali, aos 16 anos, em algumas disciplinas voltou a contar-se apenas com as classificações



Ensinos básico e secundário: taxa de retenção e desistência escolar precoce com média de Portugal e União Europeia em 2007 e respectivas distribuições por sexo (em %). ¹ Relação percentual entre o n.º de alunos que não transitaram de ano e o n.º de alunos matriculados. Dados relativos a Portugal Continental. ² População entre os 18 e os 24 anos sem ensino secundário completo, que completou ou não o 3.º ciclo, e que não está na escola nem em formação.*

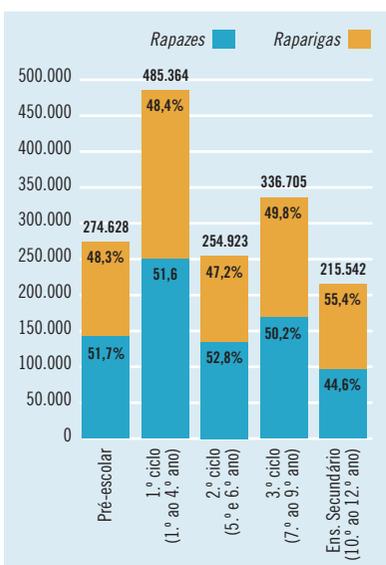
dos exames externos, que antes contribuíam com metade ou menos para a nota final. É o caso de Matemática. Em 2009, pela primeira vez em 12 anos, os rapazes ultrapassaram as raparigas nos resultados nesta área. Em 2010, o fenómeno repetiu-se. Mas, no conjunto das disciplinas, as raparigas voltaram a ser mais numerosas entre o grupo dos estudantes que obteve uma classificação de topo.

Em anos anteriores, sobretudo na literacia em Matemática, os jovens ingleses também tiveram melhores resultados nas provas realizadas no âmbito do programa PISA (*Programme for International Student Assessment*) do que na avaliação que tiveram nas suas escolas. O que, segundo o HEPI, reforça a hipótese de as suas capacidades cognitivas estarem a ser subvalorizadas nas escolas.

Diferenças maiores na literacia em leitura

O PISA é um projecto implementado pela OCDE para medir a capacidade dos jovens de 15 anos na literacia em Leitura, Matemática e Ciências. Os resultados das provas implementadas em 2000, 2003 e 2006, nos países membros da OCDE, mostraram que as raparigas têm uma clara vantagem na literacia em leitura, que os rapazes estão ligeiramente à frente em Matemática e que as diferenças entre os dois sexos são praticamente inexistentes em Ciências.

As raparigas aprendem a ler mais depressa, lêem mais e melhor e têm mais prazer na leitura do que os rapazes. Esta vantagem regista-se em todos os países, e nos testes PISA ela está na origem de uma diferença de resultados entre rapazes e raparigas que oscila en-



Ensinos básico e secundário: número de alunos matriculados e distribuição por sexo¹.

¹ Dados sobre ensino regular (não inclui vias profissionalizantes). Portugal, ensino público e privado, 2008-2009.*

PARTICIPAÇÃO MASCULINA NO ENSINO SUPERIOR AUMENTA EM PORTUGAL

Apesar de as alunas continuarem a ser maioritárias no ensino superior, e ao contrário da tendência registada na maior parte dos outros países da UE, o seu peso entre os inscritos e os diplomados tem vindo a diminuir, nos últimos anos, em Portugal.

Há quatro anos Portugal estava entre os cinco países da UE onde o desequilíbrio entre os géneros era mais acentuado, mas em 2010 já tinha descido abaixo da média europeia, onde, pelo contrário, esse desequilíbrio tem vindo a aumentar.

Esta situação é provocada, sobretudo, pelo aumento da participação masculina, e pelo facto de, em números absolutos, o número de mulheres inscritas ter diminuído. De 227.000 em 2002/03 passou para 204.476 em 2009/10. Mas neste ano, o número de inscritas pela primeira vez no ensino superior foi o maior de sempre (67.350). O mesmo aconteceu, aliás, no que respeita aos alunos do sexo masculino — o que exprime, globalmente, o aumento da população estudantil.

O maior salto no número de homens inscritos pela primeira vez no 1.º ano do ensino superior deu-se em 2006/07, coincidindo com a implementação da reforma de Bolonha e com a primeira vaga do concurso de acesso especial para maiores de 23 anos. Através deste concurso, e mediante realização de provas, pode-se aceder ao ensino superior sem que se tenha concluído outros ciclos de escolaridade. Em três anos, ingressaram no superior, ao abrigo destas provas, cerca de 33.000 alunos.

Também o número de mulheres que entrou no superior voltou a subir a partir de então, com um salto maior em 2007/08. No total de homens e mulheres, as novas inscrições no Superior aumentaram cerca de 40%. No conjunto dos inscritos, a diferença entre os géneros, a favor do sexo feminino, era em 2009 de cerca de 7%, subindo para os 19% entre os que então se licenciaram, que é também a diferença média na União Europeia. Há sete anos, este desnível situava-se em Portugal nos 34,4%. Na UE era então de 15,6%.

tre os 2% e os 9%. É a única área em que a diferença entre os géneros é estatisticamente significativa, frisa o estudo da Eurydice.

Nas provas PISA, os alunos portugueses confirmaram as tendências gerais, mas nas três áreas ficaram abaixo das médias da OCDE.

Desvios mais acentuados em Portugal

Para a comparação entre os sistemas de educação é utilizada uma classificação internacional adoptada em 1997 pela UNESCO, que distingue sete níveis do ensino: de zero, correspondendo à pré-primária, ao seis, que corresponde aos programas de doutoramento.

O primeiro nível abrange os acuais primeiros dois ciclos do ensino básico em Portugal (do 1.º ao 6.º ano); o segundo corresponde ao 3.º ciclo (7.º ao 9.º ano), que coincidia também com o final da escolaridade obrigatória (agora alargada até aos 18 anos, já para os alunos que concluírem esta etapa no presente ano lectivo); e o terceiro corresponde ao ensino secundário.

Se os alunos concluírem estes níveis sem atraso, isso significa que aos 13 anos estarão no 3.º ciclo e aos 16 entrarão no secundário. A maioria consegue-o, mas entre os estudantes que estão atrasados por comparação à sua idade, o número de rapazes é mais elevado do que o de raparigas.

Os dados compilados no estudo da rede Eurydice dão conta de que, em 2007, entre os estudantes portugueses que já tinham idade para estar no segundo nível, mas ainda frequentavam o primeiro, 19,9% eram do sexo masculino e 11,5% do sexo feminino. Um desvio de 8,4%, o maior da UE, onde, na maior parte dos paí-

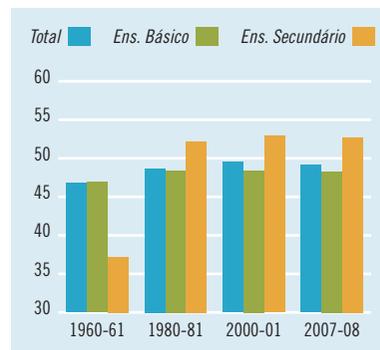
ses, a diferença, neste nível, fica abaixo dos 2%. No 2.º ano de escolaridade (no 1.º não existem retenções), chumbaram 7% dos alunos em 2008. Neste nível, aos 7 anos, já há mais rapazes do que raparigas a ficar para trás. À entrada do 2.º ciclo, no 5.º ano, quando os alunos começam a ter mais disciplinas e professores, a taxa de retenção masculina tem quase duplicado a feminina.

Este é um dos três anos negros do ensino básico em Portugal. Os outros dois são o 7.º ano, que é o primeiro do 3.º ciclo, e aquele que tem apresentado os piores resultados – 18% de chumbos em 2008 – e o 9.º. Nos últimos anos, as diferenças entre rapazes e raparigas no contributo para o contingente de reprovados têm oscilado entre os 3% e os 9%.

Em termos demográficos os rapazes continuam a ser maioritários nestas faixas etárias, mas no 9.º ano eles já estão em minoria entre os estudantes inscritos.

No conjunto da UE, 54% dos estudantes do secundário são do sexo feminino.

Em Portugal, entre os alunos que ficam retidos no 12.º ano, o último do secundário e aquele que tem maior taxa de chumbos de todo o ensino não superior, a percentagem de rapazes oscilou nos últimos anos entre os 53,5% e os 35%. Antes de chegarem aqui já muitos rapazes abandonaram o ensino. Em média, na UE, 13% da população dos 18 aos 24 anos abandonaram as escolas, sem o secundário, em 2007. O abandono masculino foi um terço superior ao feminino. Em Portugal, que detém uma das três maiores taxas de abandono escolar precoce da UE, esta relação agrava-se. O combate ao abandono escolar precoce tem-



Ensinos básico e secundário: taxa de feminidade² (em %). ² Relação percentual entre a população escolar do sexo feminino e a população escolar total. Dados de Portugal, incluindo ensino público e privado.*

se centrado nos últimos anos no alargamento da oferta das vias profissionais de ensino. No 3.º ciclo do ensino básico, o número de alunos inscritos nos chamados Cursos de Educação e Formação, destinados a jovens a partir dos 15 anos que têm um historial de chumbos, passou de 18.244 em 2006 para 43.984 em 2009. Em 2009, 64% dos inscritos nestes cursos eram do sexo masculino.

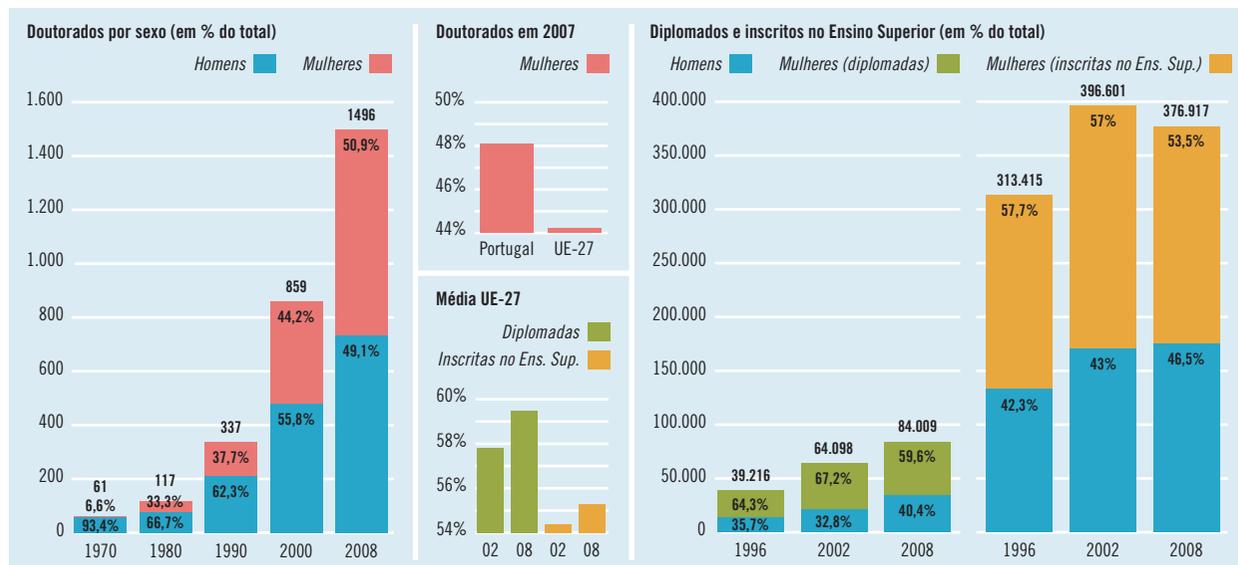
O que confirma outra das diferenças de género constatadas no estudo Eurydice: as raparigas tendem a escolher os cursos gerais, que geralmente são os que dão acesso ao ensino superior; os rapazes estão mais representados nas vias profissionais. Mesmo quando prosseguem estudos, tendem a obter uma formação que fica aquém da das raparigas.

Fosso acentua-se no superior

A entrada em massa das raparigas nas escolas e universidades é um fenómeno recente, mas, sobretudo em resultado da má performance dos rapazes, a diferença entre géneros, a favor

do sexo feminino, aprofunda-se ainda mais no ensino superior. Em 2008, 55,3% dos inscritos neste nível eram mulheres, e quase 60% do total de diplomados na UE pertenciam ao sexo feminino. Elas continuam abaixo dos 50% entre os doutorados, mas também aqui a situação já começou a mudar em vários países, Portugal incluído – nos últimos anos já por duas vezes o número de mulheres que concluiu doutoramentos foi superior ao de homens.

Os impactos desta situação no futuro poderão ser gravosos. Um alerta do presidente do HEPI, Bahram Bekhradnia: tanto devido aos estereótipos negativos que os homens poderão desenvolver, fruto do seu insucesso escolar, como ao facto de estarem a ser privados, “em larga escala”, dos benefícios ligados a uma educação superior, pode-se estar a correr o risco de estes homens virem a ser uma “nova classe baixa” das sociedades ocidentais. Por enquanto, as mulheres licenciadas continuam a ter mais dificuldade do que os homens com idêntica formação em arranjar emprego ao nível das suas qualificações. E entre os licenciados, os homens continuam a ser maioritários nas áreas de engenharia, ciências e matemática. No prefácio ao estudo da Eurydice, este é um dos exemplos apontados pela comissária europeia, Androulla Vassiliou, responsável pela educação e cultura. O outro é o facto de os rapazes serem “mais susceptíveis de figurar nas fileiras dos alunos mais fracos em leitura”. Ambos os casos, segundo aquela responsável, mostram que “as diferenças de género devem ser tomadas em conta quando da elaboração de políticas e estratégias visando melhorar os resultados escolares”. Esta opção ainda não foi feita pela maioria dos países da UE, Portugal incluído. ■



Ensino Superior.*

* Fontes: Gabinete de Estatísticas e Planeamento da Educação do Ministério da Educação; INE e Eurostat.

Referências bibliográficas

Gender Differences in Educational Outcomes: Study on the Measures Taken and the Current Situation in Europe, Eurydice, 2010.
Male and female participation and progression in Higher Education, HEPI, 2009.
Education at a Glance 2010, OCDE, Setembro de 2010.
Key Data on Education in Europe 2009, Eurydice, Julho de 2009.
Estatísticas da Educação 2008/09, GEPE, Ministério da Educação, 2010.
Educação em Números - Portugal 2010, GEPE, Ministério da Educação, 2010.
50 anos de estatísticas em educação, GEPE, Ministério da Educação, 2009.
 Jornal Público.
 Jornal The Observer.
 Jornal The Independent.
 Jornal The Guardian.